

Redecard S.A.

CNPJ nº 01.425.787/0001-04

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas

Apresentamos as Demonstrações Contábeis da Redecard S.A. (REDE), relativas aos exercícios de 01/01 a 31/12 de 2014 e de 2013. As Demonstrações Contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

EVENTOS

Em 22 de outubro de 2013 a empresa mudou sua marca de Redecard para Rede, a fim de reposicionar-se no mercado, após o fechamento de capital. A mudança da marca disponibilizou novos produtos, entre eles um que permitirá a captura de cartões no comércio via celular sem uma máquina POS (*Point Of Sale*).

BALANÇO PATRIMONIAL (Em Milhares de Reais)

ATIVO	NOTAS	31/12/2014	31/12/2013
CIRCULANTE		38.564.122	33.033.313
Disponibilidades	2.4b e 3	24.361	17.620
Aplicações no Mercado Aberto	2.4c, 12a e 13a	42.188	—
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	2.4d, 4 e 12b	1.043	130.599
Outros Ativos Financeiros	2.4d, 5a e 12c	38.445.510	32.853.563
Ativos Fiscais	2.4h	23.629	22.195
Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes		23.629	22.195
Outros Ativos		27.391	9.336
NÃO CIRCULANTE		13.317.761	13.211.129
Aplicações no Mercado Aberto	2.4c, 12a e 13a	120.393	38.043
Outros Ativos Financeiros	2.4d, 5a e 12c	20.320	18.796
Imobilizado, Líquido	2.4e e 6	497.028	466.816
Ativos Intangíveis, Líquidos	2.4f e 7	12.552.249	12.565.289
Ativos Fiscais	2.4h e 10b	127.771	122.185
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos		127.771	122.185
TOTAL DO ATIVO		51.881.883	46.244.442

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Em Milhares de Reais)

	NOTAS	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
RECEITAS OPERACIONAIS		4.952.522	4.094.133
Serviços	2.4l e 5d	4.952.522	4.094.133
DESPESAS OPERACIONAIS		(2.167.079)	(1.980.566)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	2.4d	(43.258)	(30.630)
Despesas Gerais e Administrativas	5e	(1.476.420)	(1.442.579)
Despesas Tributárias		(435.895)	(354.419)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	5f	(211.506)	(152.938)
RESULTADO OPERACIONAL		2.785.443	2.113.567
RESULTADO FINANCEIRO	5g	1.213.186	763.941
Receitas Financeiras		1.233.990	809.683
Despesas Financeiras		(20.804)	(45.742)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		3.998.629	2.877.508
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	2.4h e 10a	(650.076)	(275.285)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		(700.325)	(703.960)
LUCRO LÍQUIDO		2.648.228	1.898.263
Nº DE AÇÕES	9	671.898.449	671.898.449
LUCRO POR AÇÃO - R\$	2.4k	3,94	2,83

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE (Em Milhares de Reais)

	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
LUCRO LÍQUIDO	2.648.228	1.898.263
Benefícios Pós-Emprego	6.815	(288)
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE	2.655.043	1.897.975

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (NOTA 9) (Em Milhares de Reais)

	Capital Social	Reservas Integralizadas	Reservas a Integralizar	Resultado Abrangente	Lucros Acumulados	Total
SALDOS EM 01/01/2013	681.913	1.345.782	12.509.464	—	(44.820)	14.492.339
Destinação do Ajuste a Valor Presente	—	(44.820)	—	—	44.820	—
Outorga de Opções	—	5.732	(5.732)	—	—	—
Reconhecidas	—	—	—	(288)	—	(288)
Benefícios Pós-Emprego	—	—	—	—	—	—
Dividendos Pagos	—	(1.153.510)	—	—	—	(1.153.510)
Lucro Líquido	—	—	—	—	1.898.263	1.898.263
Destinações:						
Reserva Legal	—	55.435	—	—	(55.435)	—
Dividendos Provisionados	—	—	—	—	(460.707)	(460.707)
Dividendo Adicional	—	—	—	—	—	—
Proposto	—	1.382.121	—	—	(1.382.121)	—
SALDOS EM 31/12/2013	681.913	1.590.740	12.503.732	(288)	—	14.776.097
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO	—	244.958	(5.732)	(288)	44.820	283.758
SALDOS EM 01/01/2014	681.913	1.590.740	12.503.732	(288)	—	14.776.097
Benefícios Pós-Emprego	—	—	—	6.815	—	6.815
Dividendos Pagos	—	(1.382.121)	—	—	—	(1.382.121)
Lucro Líquido	—	—	—	—	2.648.228	2.648.228
Destinações:						
Dividendos Provisionados	—	—	—	—	(662.057)	(662.057)
Dividendo Adicional	—	—	—	—	—	—
Proposto	—	1.986.171	—	—	(1.986.171)	—
SALDOS EM 31/12/2014	681.913	2.194.790	12.503.732	6.527	—	15.386.962
MUTAÇÕES DO EXERCÍCIO	—	604.050	—	6.815	—	610.865

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 (Em Milhares de Reais)

NOTA 1 - INFORMAÇÕES GERAIS

A Redecard S.A. (REDE) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída e existente segundo as leis brasileiras e está localizada na Avenida Marcos Penteadou Ulihoa Rodrigues nº 939 - 10º ao 14º andar - na cidade de Barueri - São Paulo.

A REDE tem por objeto: (i) coordenação dos pagamentos e recebimentos à rede de estabelecimentos credenciados, mediante captura, transmissão, processamento dos dados e liquidação das transações decorrentes do uso de cartões de crédito e/ou de débito, de Crédito Direto ao Consumidor - CDC, de compra, saque e outros meios de pagamento, bem como a manutenção dos agendamentos de tais valores em sistemas computadorizados; (ii) credenciamento de pessoas jurídicas ou físicas, fornecedoras de bens e/ou prestadoras de serviços para aceitação de cartões de crédito e/ou de débito, Crédito Direto ao Consumidor - CDC, de compra, saque e outros meios de pagamento; (iii) fornecimento de terminais eletrônicos, ou quaisquer outros equipamentos, para possibilitar a captura, transmissão e processamento de dados relativos às transações decorrentes do uso de cartões de crédito e/ou de débito, de Crédito Direto ao Consumidor - CDC, de compra, saque e outros meios de pagamento; (iv) representação de franquias nacionais e internacionais de meios manuais e eletrônicos de pagamento; (v) participação em outras sociedades como sócia ou acionista; e (vi) desenvolvimento de outras atividades correlatas, de interesse da Companhia.

Em 04/11/2013, o Conselho Monetário Nacional (CMN), através das Resoluções 4.282 e 4.283, atribuiu ao Banco Central do Brasil (BACEN) a responsabilidade de regulamentar e supervisionar o Mercado de Cartões. Na mesma data, o BACEN emitiu as Circulares 3.680, 3.681, 3.682 e 3.683, classificando as empresas credenciadoras em instituições de pagamento, as quais necessitarão de autorização do BACEN para funcionar. A REDE solicitou autorização de funcionamento em 26/11/2014, a qual encontra-se em análise pelo BACEN.

As operações da REDE são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro, lideradas pelo Itaú Unibanco Holding S.A. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos correspondentes são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos.

Estas Demonstrações Contábeis foram aprovadas pela Diretoria em 27 de março de 2015.

NOTA 2 - POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas Demonstrações Contábeis estão descritas abaixo.

2.1 - BASES DE PREPARAÇÃO

Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis Individuais foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A preparação das Demonstrações Contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da REDE no processo da aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade estão divulgadas na Nota 2.3.

ATIVOS E PASSIVOS

Os Ativos e os Passivos totalizaram R\$ 51.882 milhões e estavam substancialmente compostos por R\$ 38.297 milhões de Outros Ativos Financeiros - Contas a Receber de Bancos Emissores e R\$ 33.293 de Outros Passivos Financeiros - Contas a Pagar a Estabelecimentos.

RESULTADO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Lucro Líquido da REDE no exercício alcançou R\$ 2.648 milhões e o Patrimônio Líquido R\$ 15.387 milhões. O Lucro Líquido por ação foi de R\$ 3,941, enquanto seu valor patrimonial por ação atingiu R\$ 22,901.

Barueri, 27 de março de 2015. - A Administração

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NOTAS	31/12/2014	31/12/2013
CIRCULANTE		34.901.797	30.540.994
Derivativos	2.4d e 12b	2.012	—
Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	2.4d, 8 e 12b	401.713	251.697
Outros Passivos Financeiros	2.4d, 5b e 12c	33.293.483	29.568.182
Obrigações Sociais	5c	709.378	519.069
Obrigações Fiscais	2.4h	157.366	178.404
Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes		73.744	107.471
Outras		83.622	70.933
Outros Passivos		337.845	23.642
NÃO CIRCULANTE		1.593.124	927.351
Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	2.4d, 8 e 12b	132.018	175.300
Provisões	2.4j	52.298	47.647
Obrigações Fiscais	2.4h e 10b	1.408.808	704.404
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos		1.408.808	704.404
Total do Passivo		36.494.921	31.468.345
Capital Social		681.913	681.913
Reservas Integralizadas		2.194.790	1.590.740
Reservas a Integralizar		12.503.732	12.503.732
Resultado Abrangente Acumulado	2.4i	6.527	(288)
Total do Patrimônio Líquido	9	15.386.962	14.776.097
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		51.881.883	46.244.442

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (Em Milhares de Reais)

	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	3.747.369	2.957.254
Lucro Líquido	2.648.228	1.898.263
Ajustes ao Lucro Líquido:	1.099.141	1.058.991
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	43.258	30.630
Depreciações e Amortizações	349.732	316.431
Tributos Diferidos	700.325	703.960
Receita de Juros de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	(16.169)	(13.252)
Despesa de Juros de Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	15.161	46.828
Ganho na Alienação de Imobilizado	(216)	(874)
Ajuste a Valor Presente de Outros Ativos e Passivos Financeiros	7.050	(24.732)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E OBRIGAÇÕES	(1.663.574)	387.269
(Aumento) Redução em Aplicações no Mercado Aberto	(124.538)	(38.022)
(Aumento) Redução em Outros Ativos Financeiros	(5.841.294)	(2.915.256)
(Aumento) Redução em Ativos Fiscais	(1.434)	(22.195)
(Aumento) Redução em Outros Ativos	(18.055)	(1.531)
(Redução) Aumento em Derivativos	2.012	—
(Redução) Aumento em Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	91.573	111.569
(Redução) Aumento em Outros Passivos Financeiros	3.922.816	3.324.348
(Redução) Aumento em Obrigações Sociais	2.222	4.452
(Redução) Aumento em Provisões	4.651	12.928
(Redução) Aumento em Obrigações Fiscais	745.087	304.865
(Redução) Aumento em Outros Passivos	319.511	5.119
Pagamento de Imposto de Renda e Contribuição Social	(766.125)	(399.008)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/(APLICADO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2.083.795	3.344.523
Aquisição de Imobilizado	(337.724)	(250.261)
Alienação de Imobilizado	18.188	25.190
Aquisição de Intangível	(47.152)	(40.048)
Alienação de Intangível	—	15
Recursos da Venda de Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	145.725	52.771
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/(APLICADO) NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(220.963)	(212.333)
Resgate de Debêntures e Notas Promissórias	—	(1.596.727)
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos	(1.856.091)	(1.538.014)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE/(APLICADO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(1.856.091)	(3.134.741)
AUMENTO/(REDUÇÃO) LÍQUIDO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA (Notas 2.4b e 3)	6.741	(2.551)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	17.620	20.171
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	24.361	17.620

2.2 - PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS EMITIDOS RECENTEMENTE E APLICÁVEIS EM EXERCÍCIOS FUTUROS

Durante os exercícios de 2014 e de 2013 não houve emissão de novos pronunciamentos, apenas a continuação do Ciclo Anual de Melhorias (2012 - 2014), no qual o CPC faz pequenas alterações em uma série de pronunciamentos, com o objetivo de esclarecer as normas atuais e evitar dupla interpretação.

2.3 - ESTIMATIVAS CONTÁBEIS CRÍTICAS E JULGAMENTOS

A preparação das Demonstrações Contábeis de acordo com os CPCs exige que a Administração realize estimativas e utilize premissas que afetam os saldos de ativos e passivos e passivos contingentes divulgados na data das Demonstrações Contábeis, bem como os montantes divulgados de receitas, despesas, ganhos e perdas durante os exercícios apresentados e em exercícios subsequentes, pois os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles apurados de acordo com tais estimativas e premissas.

Todas as estimativas e as premissas utilizadas pela Administração estão em acordo com os CPCs e são as melhores estimativas atuais realizadas em conformidade com as normas aplicáveis. As estimativas e os julgamentos são avaliados em base contínua, considerando a experiência passada e outros fatores.

As estimativas contábeis e premissas críticas que apresentam impacto mais significativo nos valores contábeis de ativos e passivos, estão descritas abaixo:

a) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos - Conforme explicação no item 2.4.h Ativos Fiscais Diferidos são reconhecidos somente em relação a diferenças temporárias na medida em que se considera provável que a REDE irá gerar lucro tributável futuro para a sua utilização. A realização esperada do crédito tributário da REDE é baseada na projeção de receitas futuras e outros estudos técnicos realizados no consolidado do Itaú Unibanco Holding S.A.

b) Valor Justo dos Instrumentos Financeiros, incluindo Derivativos - A REDE classifica as mensurações de valor justo usando a hierarquia de valor justo que reflete a significância dos *inputs* usados no processo de mensuração. Há três grandes níveis referentes à hierarquia de valor justo que estão detalhados na Nota 12.

A REDE acredita que as metodologias adotadas são apropriadas e consistentes com os participantes do mercado que independentemente disso, a adoção de outras metodologias ou o uso de pressupostos diferentes para apurar o valor justo pode resultar em estimativas diferentes dos valores justos.

As metodologias usadas para avaliar os valores justos de determinados Instrumentos Financeiros estão descritas na Nota 12.

c) Ágio - Em setembro de 2012 o Itaú Unibanco Holding S.A. adquiriu, por meio de sua subsidiária Banestado Participações, Administração e Serviços Ltda. (BANESTADO PART), ações ordinárias de emissão da REDE, representativas de 44,4% do seu capital social, passando a deter 94,4% na totalidade. A BANESTADO PART reconheceu, por consequência, ágio na aquisição dessas ações. Em dezembro de 2012, a REDE incorporou a totalidade do patrimônio da BANESTADO PART e o ágio foi registrado na rubrica Ativos Intangíveis, sendo testado para perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) anualmente. O teste de perda por redução ao valor recuperável do ágio envolve estimativas e julgamentos significativos, sendo que considera diversas premissas na determinação dos fluxos de caixa esperados. Em 31/12/2014 e 31/12/2013 a REDE não identificou perda por redução ao valor recuperável de ágio.

2.4 - RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação - As Demonstrações Contábeis da REDE estão apresentadas em Reais, que é sua moeda funcional e de apresentação destas Demonstrações Contábeis.

b) Caixa e Equivalentes de Caixa - A REDE define como Caixa e Equivalentes de Caixa as Disponibilidades (que compreendem o caixa e contas correntes em bancos, considerados no Balanço Patrimonial na rubrica Disponibilidades) e Aplicações no Mercado Aberto (Operações Compromissadas) com prazo original igual ou inferior a 90 dias, conforme demonstrado na Nota 3.

c) Aplicações no Mercado Aberto - A REDE dispõe de operações de compra com compromisso de revenda (compromisso de revenda) de ativos financeiros.

Os montantes aplicados em operações com compromisso de revenda são registrados inicialmente no Balanço Patrimonial pelos seus valores adiantados e subsequentemente registrados ao custo amortizado. A diferença entre o preço de venda e de recompra é tratada como juros e é reconhecida durante o prazo do acordo usando o método da taxa efetiva de juros. Os juros auferidos em operações com compromisso de revenda são lançados em Receitas Financeiras.

d) Ativos e Passivos Financeiros - Todos os ativos e passivos financeiros, incluindo os instrumentos financeiros derivativos devem ser reconhecidos no Balanço Patrimonial e mensurados de acordo com a categoria na qual o instrumento foi classificado.

Redecard S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 (Em Milhares de Reais) (Continuação)

A REDE classifica seus Ativos e Passivos Financeiros nas seguintes categorias:

- Ativos Financeiros Disponíveis para Venda;
- Empréstimos e Recebíveis;
- Passivos Financeiros ao Valor Justo através do Resultado - Mantidos para Negociação; e
- Passivos Financeiros ao Custo Amortizado.

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos ou os passivos financeiros foram assumidos. A Administração determina a classificação de seus instrumentos financeiros no reconhecimento inicial.

As compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas e baixadas, respectivamente, na data da negociação.

I. Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

São os ativos que podem ser vendidos em resposta ou em antecipação a alterações nas condições de mercado e não forem classificados em outra categoria de Ativos Financeiros.

Os Ativos Financeiros Disponíveis para Venda são inicialmente e subsequentemente contabilizados no Balanço Patrimonial pelo seu valor justo, mais os custos de transação. Os ganhos e as perdas não realizados são reconhecidos, líquidos dos impostos aplicáveis, no Resultado Abrangente Acumulado. Os juros, inclusive a amortização de prêmios e descontos são reconhecidos na Demonstração do Resultado na rubrica Receitas Financeiras. Dividendos sobre Ativos Financeiros Disponíveis para Venda são reconhecidos na Demonstração do Resultado como Receitas Financeiras quando é provável que se estabeleça o direito da REDE de receber tais dividendos e ter entradas de benefícios econômicos.

II. Empréstimos e Recebíveis

A REDE classifica como Empréstimos e Recebíveis as seguintes rubricas do Balanço Patrimonial: Disponibilidades (Caixa e Equivalentes de Caixa), Aplicações no Mercado Aberto, Outros Ativos Financeiros e Outros Passivos Financeiros.

Os Outros Ativos Financeiros referem-se substancialmente às contas a receber de bancos emissores. São transações realizadas pelos titulares de cartões de crédito emitidos por instituições financeiras licenciadas pelas bandeiras, as quais estão apresentadas pelos seus valores de realização. O saldo de contas a receber de bancos emissores está deduzido das taxas de intercâmbio cobradas pelos próprios bancos emissores e das antecipações realizadas junto a essas mesmas instituições financeiras.

Os Outros Passivos Financeiros são substancialmente compostos por contas a pagar a estabelecimentos. São transações realizadas pelos estabelecimentos credenciados pertencentes ao sistema da REDE. O saldo de contas a pagar a estabelecimentos está deduzido das taxas cobradas pela companhia, bandeiras e bancos emissores, bem como dos pré-pagamentos solicitados pelos estabelecimentos junto a REDE.

A REDE apresenta os Outros Ativos Financeiros e Outros Passivos Financeiros inicialmente a valor justo e subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

O método da taxa efetiva de juros é o método utilizado para calcular o custo amortizado de ativo ou passivo financeiro e de alocar a receita ou a despesa de juros no período. O cálculo da taxa efetiva de juros inclui todas as comissões pagas ou recebidas entre as partes do contrato, os custos de transação e todos os outros prêmios ou descontos.

Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A REDE avalia periodicamente a existência de qualquer evidência objetiva de que o contas a receber esteja deteriorado.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base nas análises de riscos de realização dos créditos a receber, inadimplência e inatividade de estabelecimentos, e está demonstrada em montantes consideradas suficientes para cobertura de eventuais perdas. Inadimplência e inatividade definida para compor o valor em risco contemplam todos os valores vencidos há mais de dois ciclos de cobrança, que variam em torno de 60 dias.

III. Passivos Financeiros ao Valor Justo através do Resultado - Mantidos para Negociação

Os passivos incluídos nesta categoria são reconhecidos inicialmente e subsequentemente pelo seu valor justo. Os custos de transação são registrados diretamente na Demonstração do Resultado. Os ganhos e perdas oriundos de alterações no valor justo e as receitas de juros e rendimentos são incluídos diretamente na Demonstração do Resultado na rubrica Receitas Financeiras. Os derivativos também são classificados como mantidos para negociação, exceto quando são designados a valor justo e efetivos como instrumentos de *hedge* contábil. A REDE optou por divulgar os Derivativos em linha segregada no Balanço Patrimonial.

Derivativos

Os derivativos são inicialmente reconhecidos a valor justo na data em que o contrato é firmado e são subsequentemente reavaliados a valor justo. Todos os derivativos são contabilizados como ativos quando o valor justo é positivo, e como passivos quando é negativo. Em 31/12/2014, a carteira era composta por contratos de *swaps* com valor justo no montante de R\$ (2.012), sendo o custo amortizado R\$ (1.342) e perdas R\$ (670).

Swaps - Contratos de *swaps* de taxa de juros e de câmbio são compromissos para liquidar em dinheiro em uma data ou datas futuras, o diferencial entre dois índices financeiros especificados (duas taxas de juros diferentes em uma única moeda ou duas taxas diferentes cada uma delas em moeda diferente) aplicado sobre um valor referencial de principal.

IV. Passivos Financeiros ao Custo Amortizado

Os passivos financeiros que não são classificados como a valor justo através do resultado estão classificados nesta categoria e inicialmente são reconhecidos pelo valor justo e subsequentemente são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de taxa efetiva de juros. A despesa de juros é apresentada na Demonstração do Resultado em Despesas Financeiras.

Os seguintes passivos financeiros são reconhecidos ao custo amortizado:

- Empréstimos;
- Financiamentos.

e) Imobilizado - O imobilizado é contabilizado pelo seu custo de aquisição menos depreciação acumulada, que é calculada pelo método linear com a utilização de taxas baseadas na vida útil estimada desses ativos. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados se apropriado ao final de cada exercício. Os ganhos e perdas na alienação de ativos imobilizados são registrados na Demonstração do Resultado nas rubricas Outras Receitas (Despesas) Operacionais ou Despesas Gerais e Administrativas.

f) Ativos Intangíveis - Os ativos intangíveis são bens incorpóreos, incluem softwares, marca, ágio de incorporação e outros ativos. Os *softwares*, a marca e outros ativos são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição e refere-se a ativos adquiridos ou produzidos internamente. O ágio é representado pela diferença positiva entre o valor pago pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da empresa adquirida. Ágio é contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por redução ao recuperável (*impairment*). Perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas.

g) Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Perdas por reduções ao valor recuperável são reconhecidas pelo montante no qual o valor contábil do ativo (ou grupos de ativos) excede seu valor recuperável e são contabilizadas na Demonstração do Resultado. Este procedimento é realizado semestralmente.

Nos exercícios findos em 31/12/2014 e 31/12/2013 não houve indicação de redução ao valor recuperável de ativos.

h) Imposto de Renda e Contribuição Social - Existem dois componentes na provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social: corrente e diferido.

O componente corrente aproxima-se dos impostos a serem pagos ou recuperados no exercício aplicável. O ativo corrente e o passivo corrente são registrados no Balanço Patrimonial nas rubricas Ativos Fiscais - Impostos de Renda e Contribuição Social - Correntes e Obrigações Fiscais - Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes, respectivamente.

O componente diferido, representado pelos créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas, é obtido pelas diferenças entre as bases de cálculo contábil e tributárias dos ativos e passivos no final de cada exercício. Os créditos tributários somente são reconhecidos quando é provável que lucros tributáveis futuros estarão à disposição para sua compensação. Os créditos tributários e as obrigações fiscais diferidas são reconhecidos no Balanço Patrimonial nas rubricas Ativos Fiscais - Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos e Obrigações Fiscais - Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidas, respectivamente.

São calculados às alíquotas de 15% para Imposto de Renda, 10% para Adicional de Imposto de Renda e 9% para Contribuição Social, e consideram para efeito de cálculo as respectivas bases conforme a legislação vigente pertinente a cada encargo.

i) Benefícios Pós-Emprego - A REDE patrocina Planos de Contribuição Definida e de Benefícios Definidos, contabilizados de acordo com o CPC 33 - Benefícios a Empregados. As contribuições aos planos de contribuição

definida efetuadas pela REDE são reconhecidas como despesa, quando devidas. As obrigações de benefício definido são calculadas anualmente por consultoria atuarial independente, utilizando-se o método do crédito unitário projetado. O valor presente das obrigações de benefício definido é determinado descontando-se o valor estimado de fluxos futuros de caixa de pagamentos de benefícios com base em taxas de títulos de longo prazo emitidos pelo tesouro brasileiro denominados em Reais e com prazo de vencimento aproximado ao do passivo do plano de pensão.

Os seguintes montantes são reconhecidos na Demonstração do Resultado:

- Custo de serviço corrente - é o aumento no valor presente das obrigações resultantes de serviços de funcionários no exercício corrente;
- Juros sobre o valor líquido de ativo (passivo) de plano de benefício definido - é a mudança, durante o exercício, no valor líquido reconhecido no ativo e passivo, resultante da passagem do tempo, que compreende a receita de juros sobre ativos do plano, custo de juros sobre a obrigação de plano de benefício definido e juros sobre o efeito do limite do ativo (*asset ceiling*).

Os ganhos e perdas atuariais são resultantes da não aderência das premissas atuariais estabelecidas na última avaliação atuarial em relação ao efetivamente realizado, bem como os efeitos de mudanças em tais premissas. Os ganhos e perdas são reconhecidos integralmente no Resultado Abrangente.

j) Provisões, Ativos Contingentes e Passivos Contingentes - São direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas Demonstrações Contábeis, exceto quando a Administração da REDE entende que sua realização é praticamente certa, e geralmente corresponde a ações com decisões favoráveis em julgamento final e inapelável e pela retirada de ações como resultado da liquidação de pagamentos que tenham sido recebidos ou como resultado de acordo de compensação com um passivo existente.

Os passivos contingentes decorrem principalmente de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos nossos negócios, movidos por terceiros, ex-funcionários e órgãos públicos em ações cíveis, trabalhistas e de natureza fiscal e previdenciária. Essas contingências são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com razoável segurança.

As contingências são classificadas como:

- **Prováveis:** para as quais são constituídos passivos reconhecidos no Balanço Patrimonial na rubrica Provisões;
- **Possíveis:** as quais são divulgadas nas Demonstrações Contábeis, não sendo nenhuma provisão registrada;
- **Remotas:** as quais não requerem provisão e nem divulgação.

O montante dos depósitos judiciais é atualizado de acordo com a regulamentação vigente.

A REDE, com base na opinião de seus assessores legais, não está envolvida em processos administrativos ou judiciais, que possam afetar significativamente os resultados de suas operações.

k) Lucro por Ação - O lucro por ação é calculado pela divisão do lucro líquido atribuído aos controladores da REDE pelo número de ações em cada exercício. Como não há fatores de diluição, o lucro básico e o lucro diluído é o mesmo.

l) Receita de Prestação de Serviços - A REDE presta diversos serviços a seus clientes tais como captura e processamento das transações com cartões de pagamentos e aluguel de equipamentos de captura. As receitas são reconhecidas quando tais serviços são prestados.

NOTA 3 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Para fins da Demonstração de Fluxos de Caixa, o valor de Caixa e Equivalentes de Caixa é composto pelos seguintes itens:

	31/12/2014	31/12/2013
Disponibilidades	24.361	17.620
Total	24.361	17.620

Em 31/12/2014 e 31/12/2013 não existiam equivalentes de caixa.

NOTA 4 - ATIVOS FINANCEIROS

Disponíveis para Venda - Totalizam R\$ 1.043 (R\$ 130.599 em 31/12/2013) e estão compostos por Ações de Companhias Abertas com valor justo de R\$ 1.043 (R\$ 1.415 em 31/12/2013), sendo o custo/custo amortizado de R\$ 566 (R\$ 566 em 31/12/2013) e ganhos de R\$ 477 (R\$ 849 em 31/12/2013), sem vencimentos; e Títulos Privados - Certificados de Depósitos Bancários com valor de custo/custo amortizado e valor justo de R\$ 129.184 em 31/12/2013.

NOTA 5 - DETALHAMENTO DE CONTAS

a) Outros Ativos Financeiros - Totalizam R\$ 38.465.830 (R\$ 32.872.359 em 31/12/2013) e estão compostos principalmente por Contas a Receber de Bancos Emissores no montante de R\$ 38.296.729 (R\$ 32.724.864 em 31/12/2013).

b) Outros Passivos Financeiros - Totalizam R\$ 33.293.483 (R\$ 29.568.182 em 31/12/2013) e estão compostos principalmente por Contas a Pagar a Estabelecimentos no montante de R\$ 33.293.483 (R\$ 29.239.572 em 31/12/2013).

c) Obrigações Sociais - Totalizam R\$ 709.378 (R\$ 519.069 em 31/12/2013) e estão compostos principalmente por Dividendos a Pagar no montante de R\$ 662.057 (R\$ 473.970 em 31/12/2013).

d) Receitas Operacionais - Serviços

	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Crédito	2.562.238	2.032.570
Aluguel de Equipamentos.....	1.487.287	1.163.116
Débito	825.290	771.139
Outros.....	77.707	127.308
Total	4.952.522	4.094.133

e) Despesas Gerais e Administrativas

	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Processamento de Dados e Telecomunicações.....	(352.316)	(436.533)
Depreciações e Amortizações.....	(349.732)	(316.431)
Serviços de Terceiros.....	(346.830)	(199.778)
Despesas de Pessoal.....	(275.300)	(253.124)
Propaganda, Promoções e Publicidade	(40.180)	(70.281)
Materiais.....	(27.914)	(25.713)
Outras.....	(84.148)	(140.719)
Total	(1.476.420)	(1.442.579)

f) Outras Receitas (Despesas) Operacionais

	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Operações com Cartão de Crédito.....	(180.661)	(122.790)
Perdas com Equipamentos de Captura.....	(13.297)	(15.196)
Contingências Cíveis.....	(11.374)	(7.928)
Fraudes.....	(5.493)	(10.224)
Outras.....	(681)	3.200
Total	(211.506)	(152.938)

g) Resultado Financeiro

	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Antecipação a Estabelecimentos	1.226.019	771.645
Juros de Empréstimos e Financiamentos	(15.161)	(46.828)
Ajuste a Valor Presente	(7.050)	24.732
Outras Receitas (Despesas) Financeiras.....	9.378	14.392
Total	1.213.186	763.941

NOTA 6 - IMOBILIZADO

Imobilizado de Uso (*)	Beneficiarias	Móveis e Equipamentos		Outras Imobilizações de Uso			Outros (Comunicação, Segurança e Transporte)	Total
		Instalações de Uso	de Uso	Equipamentos de Rede de Processamento	Equipamentos de Captura	Sistema de Processamento de Dados		
Taxas Anuais de Depreciação	10%	10 a 20%	10 a 20%	20%	33,30%	20 a 50%	10 a 20%	
Custo								
Saldo em 31/12/2013.....	19.143	4.076	6.353	94.625	951.390	80.188	18.522	1.174.297
Aquisições	--	--	4	--	308.599	2.163	26.958	337.724
Baixas	--	--	--	(1.033)	(208.727)	(531)	(3)	(210.294)
Transferências.....	--	--	--	721	--	2.703	(5.108)	(1.684)
Saldo em 31/12/2014.....	19.143	4.076	6.357	94.313	1.051.262	84.523	40.369	1.300.043
Depreciação								
Saldo em 31/12/2013.....	(11.319)	(2.919)	(3.715)	(67.649)	(562.148)	(55.421)	(4.310)	(707.481)
Despesa de Depreciação	(4.688)	(246)	(417)	(9.082)	(264.220)	(8.496)	(707)	(287.856)
Baixas	--	--	--	817	190.971	531	3	192.322
Saldo em 31/12/2014.....	(16.007)	(3.165)	(4.132)	(75.914)	(635.397)	(63.386)	(5.014)	(803.015)
Valor Contábil								
Saldo em 31/12/2014.....	3.136	911	2.225	18.399	415.865	21.137	35.355	497.028

(*) Não há compromisso contratual para compra de imobilizado.



Redecard S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 (Em Milhares de Reais) (Continuação)

NOTA 7 - ATIVOS INTANGÍVEIS

Intangíveis (*)	Outros Ativos Intangíveis				Total
	Gastos com Aquisição de Software	Ágio de Incorporação	Marca	Outros Ativos Intangíveis	
% de Amortização a.a.	20%		44,45%		
Custo					
Saldo em 31/12/2013.....	143.043	12.430.652	71.482	31.425	12.676.602
Aquisições	2.738	--	--	44.414	47.152
Transferências.....	30.458	--	--	(28.774)	1.684
Saldo em 31/12/2014.....	176.239	12.430.652	71.482	47.065	12.725.438
Amortização					
Saldo em 31/12/2013.....	(79.543)	--	(31.770)	--	(111.313)
Despesa de Amortização	(30.106)	--	(31.770)	--	(61.876)
Saldo em 31/12/2014.....	(109.649)	--	(63.540)	--	(173.189)
Valor Contábil					
Saldo em 31/12/2014.....	66.590	12.430.652	7.942	47.065	12.552.249

(*) Não há compromissos contratuais para a aquisição de novos ativos intangíveis.

NOTA 8 - PASSIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO

a) **Empréstimos** - Estão representados por contratos de empréstimos para capital de giro, de curto prazo, através de Cédula de Crédito Bancário. O valor principal deverá ser quitado juntamente com o pagamento de juros a vencer em dezembro de 2015.

Empréstimos	Indexador	31/12/2014	31/12/2013
Em Moeda Estrangeira	variação cambial + taxa prefixada	132.834	--
Em Moeda Nacional	CDI	--	68.131
Total		132.834	68.131

b) **Financiamentos** - Totalizam R\$ 400.897 (R\$ 358.866 em 31/12/2013) e estão representados por operações de Fime para a compra de equipamentos de captura, com vencimentos até 2017.

NOTA 9 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) **Capital Social** - Está representado por 671.898.449 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.
b) **Dividendos** - Os acionistas têm direito de receber como dividendo obrigatório, em cada exercício, importância não inferior a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, conforme previsto no Estatuto Social. Em Reunião de Diretoria de 08/01/2014, foi deliberado o pagamento de dividendos extraordinários no montante de R\$ 1.382.121 (R\$ 1.153.510 em AGE de 30/04/2013), à razão de R\$ 2,057 (R\$ 1,717 em 30/04/2013) por ação. Em 31/12/2014, foram provisionados dividendos no montante de R\$ 662.057 (R\$ 460.707 em 31/12/2013), à razão de R\$ 0,985 (R\$ 0,686 em 31/12/2013) por ação, equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, registrado em Obrigações Sociais.

c) Reservas

O saldo das reservas está representado por:

	31/12/2014	31/12/2013
Reservas Integralizadas	2.194.790	1.590.740
Reservas Legal	136.383	136.383
Reservas Especial (1).....	2.058.407	1.454.357
Reservas a Integralizar	12.503.732	12.503.732
Reservas Especial de Ágio (2).....	12.503.732	12.503.732

(1) Constituída com a finalidade de possibilitar a formação de recursos para futuras incorporações desses recursos ao capital social e pagamento de dividendos intermediários, conforme Estatuto Social.

(2) Saldo oriundo da incorporação do Patrimônio Líquido da Banestado Participações, Administração e Serviços Ltda. em 17/12/2012, registrado em contrapartida à rubrica Ativos Intangíveis.

d) **Ajustes de Exercícios Anteriores** - Em 31/12/2013 totalizam R\$ (44.820) e referem-se a ajuste a valor presente de contas a receber de emissores e contas a pagar a estabelecimentos.

e) **Outorga de Opções Reconhecidas (Ações em Tesouraria)** - As movimentações relacionadas às ações em tesouraria foram apenas para atender ao exercício das opções outorgadas no âmbito do Plano de Opções de Compra de Ações, o qual tinha o objetivo de permitir que os diretores e funcionários da REDE, adquirissem ações da Companhia.

Em AGE de 19/04/2013, em decorrência do cancelamento do registro de companhia aberta da REDE, foi deliberada a assunção, pelo Itaú Unibanco Holding S.A., dos direitos e obrigações estabelecidos nos contratos vigentes firmados com os beneficiários.

NOTA 10 - TRIBUTOS

A REDE apura separadamente, em cada exercício, o Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

a) Composição das Despesas com Impostos e Contribuições

I - Demonstração do Cálculo de Imposto de Renda e Contribuição Social:

	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	3.998.629	2.877.508
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às alíquotas vigentes (Nota 2.4h).....	(1.359.534)	(978.353)
Acréscimos/Decréscimos aos encargos de Imposto de Renda e Contribuição Social decorrentes de:		
Patrocínios Culturais da Lei Rouanet, Desportivos e Doações.....	16.070	3.470
Incentivo Fiscal por Inovação Tecnológica	134	910
Outros Incentivos (PAT).....	296	277
Outras Despesas Indedutíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis.....	(7.367)	(5.549)
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes e Diferidos	(1.350.401)	(979.245)

b) Tributos Diferidos

I - O saldo de Créditos Tributários e sua movimentação estão representados por:

ATIVO	31/12/2013	(Realização)/ Constituição	31/12/2014
Refletido no Resultado	122.036	4.079	126.115
Créditos de Liquidação Duvidosa	6.666	2.854	9.520
Ajuste a Valor Presente	16.932	2.397	19.329
Despesas Operacionais	59.603	(329)	59.274
Provisões para Passivos Contingentes	23.852	3.242	27.094
Ações Cíveis.....	7.224	(790)	6.434
Ações Trabalhistas.....	6.306	2.115	8.421
Fiscais e Previdenciárias	10.322	1.917	12.239
Outras.....	14.983	(4.085)	10.898
Refletido no Patrimônio Líquido	149	1.507	1.656
Benefícios Pós-Emprego.....	149	1.507	1.656
Total	122.185	5.586	127.771

II - O saldo da Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos e suas movimentações estão representados por:

PASSIVO	31/12/2013	(Realização)/ Constituição	31/12/2014
Refletido no Resultado	704.404	704.404	1.408.808
Ágio de Incorporação	704.404	704.404	1.408.808
Total	704.404	704.404	1.408.808

III - A estimativa de realização e o valor presente dos Créditos Tributários e da Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos existentes em 31/12/2014, de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, são:

	Créditos Tributários		Provisão para		Tributos	
	Diferenças Temporárias	%	Impostos e Contribuições Diferidos	%	Diferidos Líquidos	%
2015	110.723	90,0%	--	0,0%	110.723	-8,6%
2016	15.392	10,0%	--	0,0%	15.392	-1,2%
Acima de 2016	1.656	0,0%	(1.408.808)	100,0%	(1.407.152)	109,8%
Total	127.771	100,0%	(1.408.808)	100,0%	(1.281.037)	100,0%
Valor Presente(*)	117.106		(580.309)		(463.203)	

(*) Para o ajuste a valor presente, foi utilizada a taxa do CDI, líquida dos efeitos tributários.

As projeções de lucros tributáveis futuros incluem estimativas referentes a variáveis macroeconômicas, taxas de câmbio, taxas de juros, volume de operações financeiras e tarifas de serviços, entre outros, que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

O Lucro Líquido contábil não tem relação direta com o lucro tributável para o Imposto de Renda e a Contribuição Social em razão das diferenças existentes entre os critérios contábeis e a legislação fiscal pertinente, além de aspectos societários. Portanto, é recomendável que a evolução da realização dos créditos tributários decorrentes das diferenças temporárias não seja tomada como indicativo de lucros líquidos futuros.

Não existem Impostos Diferidos Ativos e Passivos não reconhecidos.

NOTA 11 - BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Nos termos da Deliberação nº 695, de 13/12/2012 da CVM, apresentamos a seguir as políticas praticadas pela REDE quanto aos benefícios a empregados, bem como os procedimentos contábeis adotados.

Os valores reconhecidos no Resultado do Período e no Patrimônio Líquido - Ajustes de Avaliação Patrimonial foram os seguintes:

Total dos Valores Reconhecidos no Resultado do Período

	Benefício Definido		Total	
	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Custo Serviço Corrente	(33)	(42)	(33)	(42)
Juros Líquidos	(361)	38	(361)	38
Total Valores Reconhecidos	(394)	(4)	(394)	(4)

Total dos Valores Reconhecidos no Patrimônio Líquido - Ajustes de Avaliação Patrimonial

	Benefício Definido		Contribuição Definida		Total	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
No Início do Período	(4.151)	--	3.250	--	(901)	--
Efeito na Restrição do Ativo	(4.019)	2.337	--	--	(4.019)	2.337
Inclusão do Plano						
Redecard CV	--	(1.874)	--	--	--	(1.874)
Inclusão do Plano de						
Previdência Redecard.....	--	--	--	3.250	--	3.250
Remensurações	8.203	(4.614)	1.588	--	9.791	(4.614)
Total Valores Reconhecidos	33	(4.151)	4.838	3.250	4.871	(901)

a) Planos de Aposentadoria

A REDE patrocina planos na modalidade de benefício definido, que têm por finalidade básica a concessão de benefício que, em geral, será na forma de renda vitalícia, podendo haver conversão em pensão por morte de acordo com o regulamento do plano. Também patrocina planos na modalidade de contribuição definida, cujo benefício é determinado unicamente com base no saldo acumulado das contas individuais na data da elegibilidade, conforme regulamento de cada plano, o qual não requer cálculo atuarial.

Os planos de benefício são administrados por entidades fechadas de previdência complementar (EFPC), com estrutura jurídica e legal independente, conforme detalhado a seguir:

Entidade	Plano de Benefício
Múltipla - Multiempresas de Previdência Complementar	Plano de Aposentadoria Redecard Básico (1) Plano de Aposentadoria Redecard Suplementar (2) Plano de Previdência Redecard (3)

(1) Plano de modalidade de Benefício Definido.

(2) Plano de modalidade de Contribuição Variável.

(3) Plano de modalidade de Contribuição Definida

b) Governança

As EFPCs e os planos de benefícios por elas administrados são regulados em conformidade com a legislação específica sobre a matéria. As EFPCs são administradas pela Diretoria Executiva, Conselhos Deliberativo e Fiscal, cuja parte dos membros são indicados pela patrocinadora e outra eleita na condição de representantes dos participantes ativos e assistidos, nos termos dos respectivos estatutos das Entidades. As EFPCs tem como objetivo principal pagar benefícios aos participantes elegíveis, nos termos do Regulamento do Plano, mantendo os ativos dos planos aplicados separadamente e de forma independente da REDE.

c) Planos de Benefício Definido

I - Principais Premissas Utilizadas na Avaliação Atuarial dos Planos de Aposentadoria

	31/12/2014	31/12/2013
Taxa de Desconto(1)	10,24% a.a.	8,16% a.a.
Tábua de Mortalidade(2)	AT-2000	AT-2000
Rotatividade.....	0,00%	0,00%
Crescimentos Salariais Futuros.....	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Crescimentos Benefícios Previdência Social/Planos	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Inflação	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Método Atuarial(3).....	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado

(1) A adoção dessa premissa está baseada nas taxas de juros obtidas da curva de juros reais em IPCA, para os prazos médios dos passivos dos planos de aposentadoria. Em 31/12/2013 adotou-se taxa compatível com o cenário econômico observado na data base do encerramento do balanço, levando em conta a volatilidade dos mercados de juros e os modelos utilizados.

(2) As tábuas de mortalidade adotadas correspondem àquelas divulgadas pela SOA - "Society of Actuaries", entidade americana correspondente ao IBA - Instituto Brasileiro de Atuária, que refletem um aumento de 10% nas probabilidades de sobrevivência em relação às respectivas tábuas básicas. A expectativa de vida em anos pela tábua de mortalidade AT-2000 para os participantes assistidos com 55 anos é de 27 e de 31 para homens e mulheres, respectivamente.

(3) No método atuarial do Crédito Unitário Projetado, a reserva matemática é definida pelo valor atual do benefício projetado multiplicado pela razão entre o tempo de serviço atingido na data de avaliação e o tempo de serviço que será atingido na data da concessão do benefício. O custeio é determinado tornando-se o valor atual do benefício projetado distribuído ao longo dos anos de atividade de cada participante.

II - Exposição a Riscos

Através de seus planos de benefícios definidos, a REDE está exposta a uma série de riscos, sendo os mais significativos:

- Volatilidade dos Ativos

O passivo atuarial é calculado adotando uma taxa de desconto definida com base no rendimento dos títulos de emissão do tesouro brasileiro (títulos públicos). Se o rendimento real dos investimentos dos planos for inferior ao rendimento esperado, isso poderá criar um déficit. Os planos detêm uma percentagem significativa de títulos de renda fixa atrelados aos compromissos dos planos, visando minimizar a volatilidade e o risco no curto e médio prazo.

- Mudanças no Rendimento dos Investimentos

Uma diminuição nos rendimentos de títulos públicos implicará na redução da taxa de desconto e, por decorrência, aumentará o passivo atuarial do plano. O efeito será parcialmente compensado pelo reconhecimento destes títulos pelo valor de mercado.

- Risco de Inflação

A maioria dos benefícios dos planos é vinculado a índices de inflação, e uma inflação maior levará a obrigações mais elevadas. O efeito será, também, parcialmente compensado em função de uma boa parte dos ativos do plano estar atrelada a títulos públicos com atualização de índice de inflação.

- Expectativa de Vida

A maioria das obrigações dos planos são o de proporcionar benefícios vitalícios, por isso o aumento da expectativa de vida irá resultar em um aumento nos passivos dos planos.

III - Gestão dos Ativos dos Planos de Benefício Definido

A gestão dos recursos das EFPCs tem o objetivo geral de buscar o equilíbrio de longo prazo entre os ativos e as obrigações com pagamento de benefícios de aposentadoria, através da superação das metas atuariais (taxa de desconto mais índice de reajuste dos benefícios, definido nos regulamentos dos planos).

Em relação aos recursos garantidores do passivo atuarial, a gestão deve assegurar a capacidade de pagamento de benefícios de aposentadoria no longo prazo, imunizando os riscos de descasamento entre ativos e passivos por plano de previdência.

A alocação dos ativos dos planos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, e a meta de alocação para 2015, por categoria de ativo, são as seguintes:

Categorias	% Alocação		
	31/12/2014	31/12/2013	Meta 2015
Títulos de Renda Fixa	85,15%	85,00%	0% a 100%
Títulos de Renda Variável.....	14,85%	15,00%	0% a 20%
Total	100,00%	100,00%	

- Valor Justo

Os ativos dos planos são atualizados até a data-base, como segue:

Títulos de Renda Fixa e Investimentos Estruturados: avaliados pelo valor de mercado considerando o preço médio de negociação do dia da apuração, valor líquido provável de realização obtido mediante adição técnica de apreçamento, levando em consideração, no mínimo, os prazos de pagamento e vencimento, o risco de crédito e o indexador.

Títulos de Renda Variável: avaliados pelo valor de mercado, assim entendido com a cotação média da ação do último dia útil do mês ou na data mais próxima, na bolsa de valores em que a ação tenha apresentado maior liquidez.

- Meta de Alocação dos Recursos

A meta de alocação dos recursos está baseada em Política de Investimento que são revisadas e aprovadas anualmente pelo Conselho Deliberativo de cada EFPC, com horizonte de cinco anos, as quais determinam diretrizes para direcionamento da aplicação dos recursos garantidores do Passivo Atuarial, bem como para classificação de títulos e valores mobiliários.

IV - Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial

Apresenta-se a seguir a apuração do montante líquido reconhecido no Balanço Patrimonial, correspondente aos planos de benefícios definidos:

	31/12/2014	31/12/2013
1 - Ativos Líquidos dos Planos	31.473	29.046
2 - Passivos Atuariais	(27.609)	(32.722)
3 - Superveniência (1 - 2)	3.864	(3.676)
4 - Restrição do Ativo	(4.019)	--
5 - Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial (3 - 4)	(155)	(3.676)
Valor Reconhecido no Passivo	(155)	(3.676)

Redecard S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013 (Em Milhares de Reais) (Continuação)

V - Evolução do Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial

Apresentamos, a seguir, a evolução do montante líquido reconhecido no Balanço Patrimonial:

	31/12/2014				Montante Reconhecido
	Ativo Líquido	Passivos Atuariais	Superveniência	Restrição do Ativo	
Valor Início do Exercício	29.046	(32.722)	(3.676)	--	(3.676)
Custo Serviço Corrente	--	(33)	(33)	--	(33)
Juros Líquidos (1)	2.249	(2.610)	(361)	--	(361)
Benefícios Pagos	(1.575)	1.575	--	--	--
Inclusão do Plano Redecard CV ..	(465)	--	(465)	--	(465)
Contribuições Patrocinadora	196	--	196	--	196
Contribuições Participantes	16	--	16	--	16
Efeito na Restrição do Ativo	--	--	--	(4.019)	(4.019)
Remensurações(2) (3)	2.006	6.181	8.187	--	8.187
Valor Final do Exercício	31.473	(27.609)	3.864	(4.019)	(15)

	31/12/2013				Montante Reconhecido
	Ativo Líquido	Passivos Atuariais	Superveniência	Restrição do Ativo	
Valor Início do Exercício	23.171	(20.547)	2.624	(2.160)	464
Custo Serviço Corrente	--	(42)	(42)	--	(42)
Juros Líquidos (1)	1.857	(1.642)	215	(177)	38
Benefícios Pagos	(933)	933	--	--	--
Inclusão do Plano Redecard CV ..	6.495	(8.369)	(1.874)	--	(1.874)
Contribuições Patrocinadora	15	--	15	--	15
Contribuições Participantes	22	--	22	--	22
Efeito na Restrição do Ativo	--	--	--	2.337	2.337
Remensurações (2) (3)	(1.581)	(3.055)	(4.636)	--	(4.636)
Valor Final do Exercício	29.046	(32.722)	(3.676)	--	(3.676)

(1) Corresponde ao valor calculado em 01/01/2014 com base no valor inicial (Ativo Líquido e Passivos Atuariais), descontando-se o valor projetado dos pagamentos/recebimentos de benefícios/contribuições, multiplicado pela taxa de desconto de 8,16% a.a. (Em 01/01/2013 utilizou-se a taxa de desconto de 8,16%).

(2) Os ganhos/perdas apresentados no Ativo Líquido e na Restrição do Ativo correspondem aos rendimentos obtidos acima/abaixo do retorno esperado.

(3) O valor do retorno real dos ativos foi de R\$ 4.255 (R\$ 276 em 31/12/2013).

No exercício, as contribuições efetuadas totalizaram R\$ 196 (R\$ 15 de 01/01 a 31/12/2013). A taxa de contribuição é crescente em função do rendimento do participante.

Em 2015, a expectativa de contribuição aos planos de aposentadoria patrocinados pela REDE é de R\$ 286.

A seguir apresentamos a estimativa de pagamentos de benefícios para os próximos 10 anos:

Exercício	Pagamento Estimado
2015	1.686
2016	1.755
2017	1.879
2018	1.963
2019	2.056
2020 a 2024	12.490

VI - Sensibilidade da Obrigação de Benefício Definido

O impacto no passivo atuarial pela alteração da premissa taxa de desconto em 0,5% é de:

Alteração de Premissa	Efeito Passivo Atuarial		Efeito que seria Refletido no Patrimônio Líquido
	R\$	Percentual	
- Redução em 0,5%	Aumento 1.666	6,04%	(423)
- Acréscimo em 0,5%	Redução (1.512)	(5,79%)	154

d) Planos de Contribuição Definida

Os Planos de Contribuição Definida possuem fundos previdenciais formados pela parcela das contribuições das patrocinadoras não incluídas no saldo de conta dos participantes pela perda da elegibilidade a um benefício pelo plano, bem como de recursos oriundos dos processos de migração de planos de modalidade de benefício definido. O fundo será utilizado para os aportes e contribuições futuras às contas individuais dos participantes de acordo com as regras do regulamento do respectivo plano de benefícios.

I - Evolução do Montante Líquido Reconhecido no Balanço Patrimonial

	31/12/2014	31/12/2013
	Montante Reconhecido	Montante Reconhecido
Valor Início do Exercício	3.250	--
Remensurações	1.588	3.250
Valor Final do Exercício	4.838	3.250

No período as contribuições para os planos de contribuição definida totalizaram R\$ 2.850 (R\$ 5.572 de 01/01 a 31/12/2013).

NOTA 12 - VALOR JUSTO DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A seguir apresentamos resumo do valor contábil e o valor justo estimado dos instrumentos financeiros:

	31/12/2014	31/12/2013	Níveis de Risco
	Valor Contábil/Valor Justo Estimado	Valor Contábil/Valor Justo Estimado	
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda (*)..	1.043	130.599	
Certificados de Depósitos Bancários	--	129.184	2
Ações de Companhias Abertas	1.043	1.415	1
Derivativos(*)	2.012	--	2

(*) Estes ativos e passivos são registrados no balanço pelo seu Valor Justo.

De acordo com o CPCs, a REDE classifica as mensurações de valor justo usando uma hierarquia de valor justo que reflete a significância dos inputs usados no processo de mensuração.

Nível 1: Preços (cotações) disponíveis em mercados ativos;

Nível 2: Informações que não sejam preços (cotações) de ativos e passivos idênticos, ou seja, utiliza-se inputs observáveis, como juros, volatilidade, etc.

Nível 3: Utiliza-se inputs não observáveis, baseados em premissas próprias da entidade.

Nos casos em que não estão disponíveis preços cotados em mercado, os valores justos são baseados em estimativas, com a utilização de fluxos de caixa descontados ou outras técnicas de avaliação. Essas técnicas são afetadas de forma significativa pelas premissas utilizadas, inclusive a taxa de desconto e a estimativa dos fluxos de caixa futuros. O valor justo estimado obtido por meio dessas técnicas não pode ser substanciado por comparação com mercados independentes e, em muitos casos, não pode ser realizado na liquidação imediata do instrumento.

Os métodos e premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

a) Disponibilidades e Aplicações no Mercado Aberto - O valor contábil desses instrumentos se aproxima de seu valor justo.

b) Ativos Financeiros Disponíveis para Venda, Passivos Financeiros ao Valor Justo através do Resultado - Mantidos para Negociação, inclusive Derivativos (Passivos) e Passivos Financeiros ao Custo Amortizado - Sob condições normais, os preços cotados de mercado são os melhores indicadores dos valores

justos dos instrumentos financeiros. Entretanto, nem todos os instrumentos possuem liquidez ou cotações e, nesses casos, faz-se necessário a adoção das estimativas de valor presente e outras técnicas para definição de preço. Na ausência de preço cotado na ANBIMA, os valores justos dos títulos públicos são apurados com base nas taxas de juros fornecidas por terceiros no mercado (corretoras). Os valores justos de títulos de dívida de empresas são calculados adotando-se critérios semelhantes aos das aplicações em depósitos interfinanceiros, conforme descrito acima. Os valores justos de ações são apurados com base em seus preços cotados de mercado. Os valores justos dos instrumentos derivativos foram apurados através de fluxos de caixa descontados a valor presente com base em curvas de rentabilidade que refletem valores apropriados de risco. Essas curvas de rentabilidade podem ser traçadas principalmente com base nos preços de troca de derivativos na BM&FBOVESPA, de títulos públicos brasileiros no mercado secundário ou de derivativos e títulos e valores mobiliários negociados no exterior.

c) Outros Ativos/Passivos Financeiros - Basicamente compostos de contas a receber de bancos emissores e contas a pagar a estabelecimentos, representam valores a serem recebidos e pagos no curto prazo. Os valores justos são estimados efetuando o desconto dos fluxos de caixa estimados, adotando-se as taxas de juros de mercado.

NOTA 13 - PARTES RELACIONADAS

a) As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas, e em condições de comutatividade. Entre essas operações destacam-se:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	31/12/2014	31/12/2013	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
Aplicações no Mercado Aberto (*)	162.581	38.043	13.582	43
Itaú Unibanco S.A.	Ligada 162.581	38.043	13.582	43
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	--	129.184	--	13.263
Itaú Unibanco S.A.	Ligada --	129.184	--	13.263
Outros Ativos Financeiros	14.073.159	10.690.237	--	--
Banco Itaúcard S.A.	Ligada 9.199.046	5.856.033	--	--
Banco Credicard S.A.	Ligada --	2.032.039	--	--
Hipercard Banco Múltiplo S.A.	Ligada 3.118.707	1.199.530	--	--
Financeira Itaú CBD S.A.	Ligada 823.025	725.917	--	--
Luizacred S.A. SCFI	Ligada 731.003	643.957	--	--
Itaú Unibanco Financeira S.A. - CFI	Ligada 201.378	232.761	--	--
Outros Passivos	(13.345)	(11.471)	(70.613)	(70.173)
Itaú Unibanco Serviços e Processamento de Informações Comerciais Ltda.	Ligada (13.345)	(11.471)	(70.613)	(70.173)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	--	--	37.056	2.565
Itaú Unibanco S.A.	Ligada --	--	34.730	--
Banco Itaúcard S.A.	Ligada --	--	2.236	2.513
Itaú Unibanco Financeira S.A. - CFI	Ligada --	--	71	35
Financeira Itaú CBD S.A.	Ligada --	--	19	17

(*) Carteira composta por Aplicações Compromissadas - Posição Bancada, com taxa anual de 100% da SELIC e vencimentos de 181 a 365 dias R\$ 42.188 e acima de 365 dias R\$ 120.393.

b) Remuneração do Pessoal Chave da Administração

Os honorários atribuídos no período aos Administradores da REDE são compostos conforme segue:

	01/01 a 31/12/2014	01/01 a 31/12/2013
	Participação no Lucro	7.264
Remuneração	3.287	2.897
Remuneração Variável Ações	1.416	--
Contribuições aos Planos de Aposentadoria	219	172
Total	12.186	11.648

NOTA 14 - INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

a) Gerenciamento de Riscos - A REDE, por intermédio da instituição líder Itaú Unibanco Holding S.A., aderiu à estrutura de gerenciamento de risco operacional, de mercado, de crédito e de liquidez. As descrições dessas estruturas de gerenciamento de riscos, e dos demais riscos inerentes ao negócio, estão disponibilizadas no site de Relacionamento com Investidores da instituições líder (www.itaun.com.br/ri) na rota: Governança Corporativa/ Gerenciamento de Riscos, que não faz parte das Demonstrações Contábeis.

b) Outros Compromissos - A REDE tem compromissos firmados através de contratos de Locação de Imóveis, com vigência até 2021 e, para o exercício de 2014, o valor é de R\$ 16.032 (R\$ 14.612 em 31/12/2013). Para os anos subsequentes, esse valor deverá ser atualizado de acordo com índice acordado em contrato. A REDE não possui compromissos firmados para aquisição de equipamentos de captura e processamento de dados. Os investimentos em capital previstos para o exercício corrente e subsequentes estão de acordo com o plano orçamentário da companhia.

c) Lei nº 12.973: em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei nº 12.973, conversão da Medida Provisória nº 627, que altera a legislação tributária federal sobre IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. A referida Lei nº 12.973/14 dispõe, entre outros assuntos, sobre:

- a revogação do Regime Tributário de Transição - RTT, instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009;
- a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas e de lucros auferidos por pessoa física residente no Brasil por intermédio de pessoa jurídica controlada no exterior.

Estimamos que a referida Lei nº 12.973/14 não acarrete efeitos contábeis relevantes nas Demonstrações Contábeis da REDE.

d) Seguros Contratados - A REDE, a despeito de apresentar reduzido grau de risco de sinistro, tem como política contratar cobertura de seguros para os seus ativos, com o custo anual dos prêmios de R\$ 237, e estão divididos em:

Ramo	Bens Segurados	Valores em Risco	Valores Cobertos
RD Patrimonial	Prédios, móveis, utensílios e instalações que constituem os estabelecimentos da Companhia, descritos na apólice.	64.329	64.329
Compreensivo Empresarial	Equipamentos POS e POO, material de sinalização e marketing armazenados em local de terceiros.	41.315	17.578
Responsabilidade	RC Operações - Estabelecimentos comerciais e/ou industriais; RC Empregador; RC Riscos Contingentes - Veículos terrestres motorizados.	2.000	2.000
Transporte Nacional	Mercadorias inerentes ao ramo comercial ou industrial consistindo principalmente de terminais POS, POO e Pin Pad inclusive suas partes, peças e acessórios.	500.000	500.000

NOTA 15 - EVENTO SUBSEQUENTE

Em 08/01/2015, foi deliberada a compra de 24.174 ações da empresa Maxipago Serviços de Internet S.A. (MAXIPAGO), pelo montante de R\$ 5.000.

O contrato de compra e venda de ações foi celebrado em setembro de 2014 entre a REDE e os controladores da MAXIPAGO e prevê a participação da REDE em 75% do capital social da MAXIPAGO. O montante total pago pela REDE foi de R\$ 14.500, sendo R\$ 9.500 via aumento de capital ainda em 08/01/2015, com emissão de 19.336 novas ações ordinárias.

DIRETORIA

Diretor Presidente
MILTON MALUHY FILHO

Diretores

ANDREA CARPES BLANCO (**)
FABIO HERSZKOWICZ
FREDERICO ALVES DE SOUZA
GABRIELA RODRIGUES FERREIRA (*)
JOÃO ANTONIO DANTAS BEZERRA LEITE (**)
MARCOS SILVA MASSUKADO

(*) Eleita em AGE, de 28/02/2014
(**) Eleitos em AGE, de 02/07/2014

Contador

REGINALDO JOSÉ CAMILO
CRC - 1SP - 114.497/O-9

Sede: Av. Marcos Penteado de Ulhôa Rodrigues
nº 939 - 10º ao 14º andar - Barueri - SP

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas

Redecard S.A.

Examinamos as demonstrações contábeis da Redecard S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor,

incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Redecard S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 27 de março de 2015.



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Augusto da Silva
Contador CRC 1SP197007/O-2